

DOCUMENTAÇÃO

www.aese.pt

Índice

| | |
|---|---|
| Para a sociedade sem moeda | 1 |
| Prós e contras..... | 3 |
| M-Pesa: o dinheiro móvel no Quênia..... | 4 |

Para a sociedade sem moeda

Em dinheiro ou com cartão? Em face da pergunta tradicional, os consumidores estão a inclinar-se cada vez mais pelo dinheiro de plástico. Nalguns países já nem há a opção de pagar em dinheiro com notas e moedas certas compras. Mas a sociedade sem moeda envolve também restrições da liberdade e da privacidade, que suscitam inquietação.

Segundo a empresa de investigações de mercado, Euro-monitor, 2016 foi o primeiro ano em que os pagamentos dos consumidores em todo o mundo se realizaram mais com cartões ou *apps* (44,1 %) do que com dinheiro de notas e moedas (43 %). Esta mudança deve-se em grande parte ao facto dos chineses estarem a adotar em massa os cartões, e a que outras economias emergentes utilizam cada vez mais pagamentos com telemóveis para responderem às carências dos seus sistemas bancários.

Suécia: com a carteira vazia

Se existe algum país no mundo que está mais próximo de vir a ser uma sociedade sem dinheiro, esse é a Suécia. Segundo os dados do Banco Central, as transações em dinheiro constituem apenas 2 % do valor de todos os pagamentos realizados. Nas lojas, o dinheiro é utilizado somente numa em cada cinco transações, e os comerciantes estão autorizados a

aceitar apenas cartões ou pagamentos através de *apps*. Em Estocolmo, não é possível comprar nem um bilhete de autocarro ou de metro em dinheiro.

O principal modo de pagamento são os cartões, que os suecos usam em média o triplo de vezes em relação aos restantes europeus. Também utilizam cada vez mais as *apps* que permitem pagar através do telemóvel. A mais popular é a Swish, desenvolvida em conjunto pelos principais bancos, que permite transferir dinheiro de uma conta bancária para outra imediatamente. Até nas igrejas, em vez da coleta tradicional, pede-se aos paroquianos que façam os seus donativos através da aplicação Swish.

Por não haver dinheiro, ele não existe... nem nos bancos. Cerca de 900 das 1600 agências bancárias não lidam com dinheiro e muitas não têm caixas automáticas. Isto é um problema para os suecos mais idosos e menos familiarizados com a tecnologia, sobretudo no norte rural. Daí que a Organização Nacional de Pensionistas tenha lançado uma campanha para se assegurar que os reformados possam depositar e retirar fundos dos bancos.

Suíça: apego às notas

Mas não se deve pensar que todas as economias avançadas estão a marginalizar o dinheiro. Um país com um sistema bancário tão desenvolvido como a Suíça, continua a mostrar um particular apego pelas notas, segundo dados do "The Wall Street Journal" (2.1.2017).

É verdade que, na Suíça, a utilização do dinheiro em moedas e notas baixou de 90 % em 1990, para 60 % em 2015. Mas encontra-se ainda muito acima de outros países no valor de notas e moedas em circulação por habitante: 9214 dólares em 2015, contra 3571 na Zona Euro e apenas 872 na Suécia.

Tem igualmente uma das notas de maior denominação e de mais elevado poder de compra do mundo, a de 1000 francos suíços, enquanto o Banco Central Europeu decidiu deixar de produzir a nota de 500 euros (até ao final de 2018), que na sua opinião facilita as atividades ilícitas.

Esta inclinação suíça pelo dinheiro em notas e moedas não se explica apenas pela tendência para a opacidade financeira. Deve ter-se em conta que a Suíça é um país de alta segurança, onde o roubo de dinheiro em notas e moedas é mais improvável que a fraude por pirataria informática. Também é um país predominantemente rural, acostumado às transações face a face.

A influência do comércio eletrónico

O crescente comércio *online* empurra também para o pagamento com cartão. As estatísticas de comércio eletrónico indicam que 40 % dos utentes da Internet (1000 milhões de pessoas) compraram produtos ou serviços *online*, por computador, telemóvel, *tablet*. Cada vez mais o consumidor está a acostumar-se a comprar todo o tipo de coisas *online*, em plataformas como a Amazon ou a chinesa Alibaba, ou a comprar e vender a outros consumidores no eBay.

A isto junta-se o crescente desenvolvimento dos pagamentos digitais através de *apps*, que permitem pagar facilmente pequenas quantias por cada vez mais serviços, desde o táxi à música.

Para travar as atividades ilícitas

A tendência para uma sociedade sem dinheiro também é encorajada pelas autoridades fiscais que querem ter um maior controlo dos movimentos monetários de forma a combater a fraude fiscal e o branqueamento de capitais. Com este objetivo, cada vez se está a limitar mais aquilo que se pode pagar em dinheiro numa única transação. Em Espanha, o limite estava fixado em 2500 euros, mas o governo já anunciou a sua baixa para os 1000 euros, ao mesmo nível que em França ou Portugal, enquanto nos EUA, qualquer pagamento num valor superior a 10 000 dólares exige notificação à autoridade fiscal.

A Suíça também aqui constitui uma exceção. Pressionada pelas organizações internacionais que combatem o branquea-

mento de capitais, optou no início de 2016 por um teto de 100 000 francos suíços (93 000 euros). Apesar de ser um número tão elevado, a medida deu lugar a um aceso debate parlamentar, pois qualquer restrição ao pagamento em dinheiro é considerada um tema muito delicado, que coloca em jogo a liberdade do cidadão.

O banco no telefone

Um risco da sociedade sem dinheiro é que exclua os mais fracos. Nas cidades onde os cartões de crédito ou sem contacto se estão a converter na norma, os vendedores ambulantes, pequenos comerciantes e os mais pobres podem ficar desligados da corrente comercial. Um vendedor ambulante não costuma ter um dataphone (TPA ou Terminal de Pagamento Automático). Um músico de rua pode passar o chapéu, mas os cartões não lhe servem. Muitos habitantes do Terceiro Mundo não têm uma conta bancária, mas quase todos têm um telefone. Em tais casos, os pagamentos através do telefone podem ser o melhor modo de a sociedade sem dinheiro não ser excludente.

Dave Birch, diretor de inovação da empresa britânica Consult Hyperion, declarou ao "The Guardian" (9.1.2017), que seria prejudicial para os pobres, continuarem a usar dinheiro em moedas e notas: "Se os pobres ficarem presos numa economia com dinheiro em moedas e notas, terão de pagar mais por tudo, ser-lhes-á difícil aceder ao crédito e estarão mais expostos a serem roubados".

O uso dos pagamentos por telefone não é algo reservado às economias avançadas. De facto, estão a crescer mais rapidamente nos países em desenvolvimento, onde servem as pessoas que não têm acesso à banca tradicional.

O melhor exemplo é o do M-Pesa no Quénia, um serviço de transferência de dinheiro por SMS que permite aos utentes depositar e retirar fundos, transferir dinheiro para outros, pagar faturas e dispor assim na prática de uma conta bancária no seu telefone.

O serviço, criado em 2007 pela Safaricom e pela Vodacom, cresceu rapidamente e, em 2012, tinha no Quénia, 17 milhões de contas registadas. Mas também se estendeu a outros países (Tanzânia, África do Sul, Índia, Afeganistão, Roménia, Albânia), até se converter no serviço financeiro por telemóvel com maior sucesso do mundo em desenvolvimento.

I. A.

Prós e contras

Pagar sem dinheiro tem na verdade vantagens de comodidade e segurança. Mas também significa restringir algumas liberdades das que agora gozamos.

Poupança de custos e segurança

A generalização dos pagamentos eletrônicos envolve a poupança dos custos relacionados com a impressão de moeda (papel, tinta, desenho para evitar a falsificação, impressão...). Também se reduzem os custos relacionados com o manuseamento do papel moeda (contar, assegurar a transferência...).

Mas a segurança do dinheiro eletrônico também tem um custo, pois as fraudes através da Internet estão a aumentar. Tem de se investir dinheiro e pessoas na proteção das transações. Além disso, se se trata de proteger o dinheiro físico, os ladrões potenciais estarão no meio; pelo contrário, quando o dinheiro é virtual, um pirata informático de qualquer parte do mundo pode ser uma ameaça.

Para o consumidor, pagar com cartão é mais seguro. Se alguém perde dinheiro em moedas e notas ou se lho roubam, será difícil que o recupere. Se alguém perder o cartão, pode ser anulado de imediato, e a responsabilidade por compras não autorizadas efetuadas por outro é geralmente limitada.

Redução de atividades delituosas

Como na sociedade sem dinheiro qualquer transação vai deixar pegadas, será mais fácil detetar e perseguir as atividades ilícitas. A fraude fiscal, o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo, vão ser mais difíceis.

Mas como no mundo virtual alguém pode roubar a identidade de outra pessoa, pode ser mais difícil demonstrar a sua inocência. E quando todos os movimentos económicos de uma pessoa estão armazenados não só num banco, como em remotos servidores, cresce imenso a possibilidade de que sejam objeto de acesso por pessoas não autorizadas (desde *hackers* a chantagistas, serviços de informações ou adversários políticos ou comerciais).

A privacidade, a descoberto

Uma sociedade sem dinheiro pressupõe igualmente o enfraquecimento da privacidade. A nossa vida, as nossas atividades e as nossas preferências podem ser decifradas através dos nossos gastos. Para onde viajamos, o quê e onde compramos, que serviços pagamos, a quem fazemos um donativo, tudo ficará registado.

Isto pode afetar até o pluralismo, como observa Domagoj Sajter, professor da Faculdade de Economia de Osijek (Croácia): “O anonimato reforça o pluralismo de pensamentos, opiniões e condutas na sociedade, pois muita gente confia nele no momento de financiar e contribuir para projetos, atividades e ONGs controversos ou impopulares”. Nisto como em tantas outras coisas, as possibilidades de controlo do Estado moderno multiplicaram-se.

Estímulo ao gasto

Com a utilização dos cartões de crédito ficou demonstrado que as pessoas gastam de modo mais impulsivo do que quando têm de entregar dinheiro físico. Isto faz com que muitos lares gastem mais do que pensavam vir a fazer, dificultando a poupança para emergências ou necessidades futuras. Nalguns casos, o endividamento descontrolado pode levar a pagar elevados juros ou até à insolvência.

Em sentido contrário, o facto de todas as transações ficarem registadas na conta do cartão pode ajudar o utente a saber em que gasta o dinheiro, o que o ajudará a fazer um orçamento e a ser mais providente.

Por outro lado, o pagamento com cartões permite beneficiar de descontos nalguns casos (viagens, gasolina...). Há também que valorizar o facto de que se não se usarem cartões, não se tem uma história de solvência creditícia (*credit score*), e isto pode encarecer uma hipoteca ou os prémios de um seguro.

Dependência de terceiros

A pessoa que paga em moedas e notas não precisa de um intermediário para alcançar os seus fins, e é livre para interagir com qualquer participante no mercado. Pelo contrário, se as transações eletrónicas podem ser feitas apenas e exclusivamente através de um intermediário, isto pode apresentar também as suas condições. Pode exigir que o titular de um cartão cumpra certos requisitos. Inclusivamente, poderia colocar obstáculos ao financiamento de atividades ou organizações que considerasse opostas aos seus interesses.

Em qualquer caso, o processo de pagamento numa sociedade sem dinheiro precisa de uma infraestrutura com um custo associado, que se manifesta em comissões como as que se carregam nos cartões de crédito.

I. A.

M-Pesa: o dinheiro móvel no Quénia

Uma das primeiras coisas que chama a atenção do viajante que volta ao Quénia (além de quase tudo) é a constante presença de cartazes de cor verde onde está escrito "Here M-Pesa". O país encontra-se coberto por uma densa rede de pequenos locais que oferecem ao cidadão a possibilidade de utilizar este serviço do líder das telecomunicações e a empresa mais rentável do país: a Safaricom.

Nesses locais pode-se introduzir dinheiro, que vai para o próprio telemóvel; tirar dinheiro que nos enviaram de uma província longínqua ou carregar o pré-pagamento das chamadas. Além disso, cada loja tem o seu próprio TILL, um número de M-Pesa para o negócio a que se podem fazer os pagamentos pelo comprado. O dono do negócio paga um aluguer por ele, ao mesmo tempo que perde uma pequena comissão do valor pago em cada compra.

Caso de estudo

O que é o M-Pesa? Poderia dizer-se que um caso de estudo na comunidade internacional, e um dos principais motivos de orgulho dos quenianos. Em 2016, levou a Nairobi, Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, atraído pela exclusividade e extensão do modelo do país africano. E a verdade é que agora a maior parte do dinheiro que se movimenta no Quénia é *dinheiro no telemóvel* (*Mobile Pesa*, sendo que *pesa* significa dinheiro em língua kiswahili).

Apesar de ser um país em desenvolvimento, com 70 % da população em situação de pobreza, quase todos os adultos do país têm telemóvel. Na sua maioria não são *smartphones*, mas a geração anterior, mais do que suficiente para usar essa aplicação que vem por defeito no SIM que a Safaricom fornece. Por meio do telefone pode-se enviar dinheiro para outra pessoa. Isto é especialmente importante em zonas rurais, onde os bancos podem estar a dezenas de quilómetros das casas e as pessoas não têm automóveis. Alguém que trabalha na cidade é capaz de fazer chegar parte do seu

salário à mulher ou à mãe sem ter de fazer complicadas transferências e sem ter de carregar consigo notas em dinheiro.

Também é importante nas zonas mais pobres e perigosas: as *slum* (bairros de lata). "Levo o dinheiro no telemóvel, e assim nem posso perdê-lo, nem mo podem roubar", dizia-me uma mãe de Kibera. Também se consegue que o dinheiro não passe pelas tantas vezes perigosas mãos do homem, que o poderia gastar em álcool: vai diretamente para a mãe, a administradora do lar. Serve inclusivamente para localizar um cliente que se enganou, pois o telefone fica registado nos dois: eu próprio numa compra acrescentei um 0 a mais e o dono do negócio fez-me chegar a ampla diferença sem que eu tivesse de passar pela sua loja (paguei 150 em vez de 15, e ele fez-me chegar os 135 que me pertenciam).

Muito caro

Por último, descobriu-se que o M-Pesa pode ser muito útil para desmascarar as transações entre corruptos (pelo menos até agora; parte-se do princípio de que daqui para a frente serão mais cuidadosos): em 2016, foram julgados muitos polícias que deixavam um rasto dos pagamentos de subordinados para com os chefes. "Se a pessoa cobra 300, como é que pode passar 1200 todos os meses ao seu comandante?". O M-Pesa era a pista chave.

E que aspetos negativos tem? Fundamentalmente, trata-se de um sistema muito caro, embora o público não o note. Com as pequenas transações (que começam no equivalente a 1 euro) cobram alguns cêntimos. Se se enviam 2000 xelins quenianos (20 euros) já se cobram 40. Se se multiplicar isso pelos milhões de operações diárias entre os quenianos, percebe-se que a Safaricom seja a empresa mais rentável do país e que os seus principais executivos tenham remunerações de milhões de dólares. Ora, será isso solidário com o serviço que eles oferecem? Outras empresas, especialmente a Airtel, procuram introduzir o seu próprio dinheiro através do telemóvel, mas a realidade é que o mercado se encontra dominado claramente pela Safaricom.

J.A.